

DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO

A PERMANÊNCIA DOS DISCURSOS NA OCUPAÇÃO RECENTE DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa¹

Resumo: O propósito deste artigo é dialogar acerca da produção discursiva que trata dos deslocamentos e trajetórias de pessoas no estado de Mato Grosso no período posterior a 1970. O marco temporal diz respeito ao grande investimento promovido pelo Governo Federal e que dinamizou as ocupações recentes nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Propomo-nos ainda, entender a produção discursiva que levou a criação do ideal de modernidade e progresso, conceitos que ganharam muita força nos processos de expansão da fronteira agrícola no Brasil, discutindo teoricamente a origem dos conceitos supramencionados bem como as práticas decorrentes da aplicação de tais conceitos, na organização das atividades produtivas e nas relações de trabalho no campo brasileiro.

Palavras-chave: Deslocamentos. Discurso. Ocupação Recente. Relações de Trabalho.

DEVELOPMENT AND PROGRESS

A STAY OF TALKS ON TAKEOVER RECENT TERRITORIES MATO GROSSO

Abstract: The purpose of this article is to talk about the discursive production that deals with the shifts and trajectories of people in Mato Grosso state in the period after 1970. The timeframe concerns the large investment promoted by the Federal Government and that spurred the recent occupations in the states of Mato Grosso and Mato

¹ Professora Assistente no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis.

Grosso do Sul. we propose also understand the discursive production that led to the creation of the ideal of modernity and progress, concepts which gained a lot of strength in the processes of expansion of the agricultural frontier in Brazil , theoretically discussing the origin of the above concepts and practices resulting from the application of these concepts in the organization of productive activities and in labor relations in the Brazilian countryside .

Keywords: Shifts. Speech. Recent Occupation. Labor Relations.

Introdução

Este artigo pretende trazer algumas discussões acerca da temática da relação entre a produção discursiva e a ocupação da Região Norte de Mato Grosso do Sul. O objetivo é produzir um diálogo que permita entender como a produção discursiva culminou na criação de um ideal de modernidade e progresso, conceitos que ganharam muita força nos processos recentes de ocupação territorial no Brasil, especialmente no período posterior a 1970 e teorizar acerca da origem dos conceitos supramencionados bem como das práticas decorrentes da aplicação de tais conceitos na organização das atividades produtivas e nas relações de trabalho no campo mato-grossense.

A pesquisa em documentos impressos, mediada pela produção bibliográfica acerca da temática deve possibilitar a compreensão de um movimento sazonal, iniciado no período supramencionado e que levou homens e mulheres a migrarem de suas regiões de origem em busca de trabalho temporário que lhes garantia uma vida com privações, mas não lhes tirava as esperanças de alcançarem o “eldorado”, é notório que os desejos e anseios de uma vida melhor,

na concepção dos trabalhadores rurais, principalmente cortadores de cana, passam em parte pelo trabalho realizado, nesses espaços de ocupação recente.

Perceber a dinâmica do tempo da fronteira que traduz a movimentação de pessoas pelo Brasil no período posterior a 1970 torna-se possível por meio do diálogo com estudiosos que se dedicaram a compreensão do tema, são esses diálogos que retomamos, de maneira a contribuir para a compreensão da constituição da fronteira Oeste brasileira, entendendo a dinâmica de ocupação territorial, sobretudo no período posterior a 1970, quando incentivos governamentais e créditos subsidiados pelo Estado permitiram um deslocamento *sui generis* para estas áreas de ocupação recente.

As trajetórias humanas sob influência de deslocamento da fronteira

Reflexões referentes a constituição da propriedade territorial no Brasil contribuem para pensarmos os quadros de degradação dos seres humanos que existem e cada vez mais subexistem em uma sociedade marcada por acesso diferenciado a propriedade da terra. No quadro geral de migrações que se apresentam no território brasileiro, percebemos a possibilidade de analisar dois momentos, o primeiro pós - 1970, quando por incentivos governamentais se firmou a grande propriedade por meio de créditos subsidiados. Naquele momento eram migrantes da região sul do país que acessavam terras com facilidade, constituindo a grande propriedade, que mais tarde originaria as empresas rurais, nos últimos anos, designadas de agronegócio.

Num segundo momento, contratou-se mão de obra barata para o trabalho nessas grandes propriedades, peões para o trabalho nas fazendas e cortadores de cana para o trabalho nas usinas.

A experiência dos sujeitos que constroem, cotidianamente, histórias, que se cruzam, interpenetram e moldam as sociedades, É buscada pelo historiador, cujo papel de acordo com Said (1990:33), orienta-se pela representação do passado dessas sociedades, por meio do trabalho de pesquisa, desta forma, “(...) Em qualquer exemplo, pelo menos da linguagem escrita, não existe nada do gênero de uma presença recebida, mas sim uma re-presença, ou uma representação” (SAID, 1990: 33). Neste sentido, as produções no campo da historiografia, são representações de quem escreve, a partir do universo daquele que escreve. Essas são questões que se mantiveram muito presentes nas análises que culminaram na elaboração deste estudo.

A preocupação em entender a formação territorial, bem como as questões de acesso a terra e riqueza no país, transparecem nossa preocupação em compreender a história como experiência, e as relações de trabalho, como resultados de deslocamentos, reflexões que não cabem em cadeias interpretativas constituindo-se em experiência de gente, incluída ou não no processo produtivo, retirantes que podem ser vistos a partir do olhar de João Cabral de Melo Neto:

O meu nome é Severino,/mas não tenho outro de pia./Como há muitos Severinos,/que é santo de romaria,/deram então de me chamar/Severino de Maria (...)/ Somos muitos Severinos/iguais em tudo na vida:/(...)E se somos Severinos /(...) morremos de morte igual,/mesma morte Severina:/ que é a morte de que se morre/de velhice antes dos trinta,/de emboscada antes dos vinte,/de fome um pouco por dia/(...) Mas, para que me conheçam/melhor Vossas Senhorias/e melhor possam seguir/a história de minha vida,/passo a ser o Severino/que em vossa presença emigra (MELO NETO, 1982:70-72).

Este é um estudo do espaço ao mesmo tempo do lugar daquele que fica e do não-lugar daquele que parte a cada ciclo de trabalho encerrado. A intensificação dos deslocamentos humanos ocorrida no Brasil pós-1970, ocorreu na perspectiva da cultura do capital e motivou a ocupação das áreas tidas como de fronteiras, nas quais as políticas de incentivo governamental estimularam a expansão do capital no estado de Mato Grosso.

Os meandros da relação de poder no Brasil são constituintes do acesso diferenciado a riqueza e propriedade. No Brasil foi institucionalizada uma política de ocupação de “terras livres”, ou dos “espaços vazios” alardeados como sendo territórios à espera da ocupação do capital. Essa ideia virou “política de governo” com o programa “Marcha para o Oeste”, criada ainda no Governo Vargas, aplicada após o Golpe de 1964, e fortalecida com as políticas de ocupação pós-1970, as continuadoras desses projetos geopolíticos.

No âmbito dessas políticas de “ocupação dos espaços vazios”, alguns grupos eram “eleitos” para, tornarem-se proprietários de terras,

Os empresários paulistas e o capital estrangeiro foram, efetivamente, os eleitos pelo regime militar para reencarnar o autêntico espírito bandeirante – conhecedor e explorador dos sertões –, a fim de levar adiante um projeto de colonização privada. Um projeto que, a princípio, tinha o propósito de ocupar e desenvolver os “espaços vazios” da Amazônia, com pontos avançados de desenvolvimento econômico e social, irradiando progresso por toda a região (GUIMARÃES NETO, 1986: 75).

O acesso diferenciado produziu a desterritorialização do grupo que não acessou terra, entretanto “[...] a desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento

de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases” (HAESBAERT, 2005: 21).

Na prática, o que existe é um processo contínuo de busca humana por novos territórios. O processo de migração de trabalhadores para as áreas brasileiras de ocupação recente, aponta para essa busca de um território que o abrigue, que lhe dê condições de sobrevivência, mesmo que de forma temporária. Figueira (2004: 31), chama essas pessoas de “deslocadas”, às vezes “atopos”. Os motivos que levam os trabalhadores a saírem de seus estados de origem, sobretudo de Pernambuco e Piauí em direção ao Mato Grosso, tem relação com os motivos que levam os trabalhadores apontados por Figueira a realizarem trajetos migratórios análogos, “a pessoa sendo atraída por algum motivo, empreende pela primeira vez uma viagem para além da fronteira do município onde nasceu ou empreende várias viagens.” (FIGUEIRA, 2004: 113).

Seriam os desterritorializados apontados por Bauman, que ao falar acerca de sua trajetória, nos remete aos deslocamentos que são característicos da contemporaneidade.

[...] uma vez tendo sido obrigado a me mudar, expulso de algum lugar que pudesse passar pelo meu “habitat natural”, não haveria um espaço a que pudessem considerar-me ajustado, como dizem, cem por cento. Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente – “deslocado” (BAUMAN, 2005: 18).

São essas questões que nos permitem pensar acerca da desterritorialização a qual os trabalhadores que migraram para as novas áreas de ocupação foram sujeitos. O termo desterritorialização só passou a ser estudado e apontado nas pesquisas em período mais

recente, entretanto os argumentos utilizados em torno dessa questão não são inéditos como aponta Haesbaert, ao afirmar que: “[...] muitas posições de Marx em ‘O Capital’ e no ‘Manifesto Comunista’ revelavam claramente uma preocupação com a ‘desterritorialização’ capitalista [...]” (2005: 21).

Neste debate em torno da questão da desterritorialização, o autor alerta para o fato de que para entendê-lo, faz-se necessário entender primeiramente o que se concebe como território, considerando que “[...] a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território.” (HAESBAERT, 2005:35).

Para os reflexões propostas acerca da dinâmica dos deslocamentos humanos são oportunas algumas reflexões em relação ao “não-lugar”, consideramos que os dormitórios temporários, os alojamentos, bem como uma diversidade de lugares com infraestrutura deficiente, criados especificamente para abrigar os trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade, podem ser entendidos como “não-lugares”, espaço, onde o trabalhador, desterritorializado de seu lugar de origem, sofre os efeitos advindos de uma fragmentação da sua identidade e, em alguns casos até mesmo a perda desta. Há momentos em que chegam à condição de “lixos humanos”, termo utilizado por Bauman no livro “Vidas Desperdiçadas” (2005), habitando a tênue fronteira que os separa da condição de seres humanos, estes trabalhadores, vivendo em barracões, habitam espaços de uma vida em suspense, à espera sempre do momento de retorno para os locais de origem onde, em geral, o que aguarda a maioria desses trabalhadores acaba se transformando em situação de marginalização social e pobreza.

Neste cenário, destaca-se o fato de que a geração que nasceu nos anos de 1970, encontra-se sofrendo os efeitos da formação do mundo contemporâneo, especialmente dos anos de 1990, momento em que as pessoas deixam de ser desempregadas e se tornam “redundantes”, ou seja, passam a não ter mais espaço, e conforme as palavras de Bauman (2005) tornam-se “refugo”, “lixo”. A trajetória dos referidos trabalhadores tem características marcantes, visto que o limite entre exclusão e inclusão pode ser muito tênue.

Os destinos desses trabalhadores, expropriados, desterritorializados, buscando manter uma identidade com seu lugar de origem, mas sem conseguir criar uma identidade com os novos espaços, passam a ter uma existência caracterizada pela sazonalidade, em que a família e tudo o lhes tem valor, não passa de algo distante ao longo de suas vidas, muitas vezes tendo a existência reduzida, por conta da exigência que as atividades desenvolvidas requerem de seus corpos, submetidos a obrigações de produção que beiram o limite do não humano.

Essas trajetórias humanas foram traçadas, de certa forma quando historicamente, sobretudo no período posterior ao “Milagre Econômico”, houve a opção por parte do Estado brasileiro em particularizar o acesso a terra. Naquele contexto de modernização das atividades agrícolas, houve a opção pelas grandes propriedades que resultaram nas atuais empresas rurais altamente lucrativas nas quais a terra em si não possui valor, constituindo-se apenas em instrumento de reserva e produto para especulação com garantia de financiamentos e de empréstimos bancários.

Nesses discursos os termos desenvolvimento e progresso parecem referir-se a um mesmo processo, entretanto, cabe salientar que, do ponto de vista histórico os dois conceitos ocupam tempo-

ralidades diferenciadas. Para Fonseca (2004), a palavra desenvolvimento substitui gradualmente o progresso, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história, e nesta concepção caberia ao governo estar à frente da marcha do desenvolvimento, ou da construção de uma nação desenvolvida. Não foi ao acaso que o nome do projeto lançado por Vargas recebia o nome de “Marcha para o Oeste”.

Em 1978, as publicações de jornais de circulação do norte do atual Mato Grosso do Sul, apontam para a permanência do ideal de progresso:

O governador Garcia Neto, recebeu domingo último o título de cidadão honorário de Pedro Gomes, o que significa segundo Moisés Jajah Nogueira, assessor da Câmara e orador oficial da solenidade, “o reconhecimento pelo que o Estado vem realizando, com um esforço concentrado em fazer chegar ao Interior os benefícios do progresso” (JORNAL DOS MUNICÍPIO MATOGROSSENSES, 1978, N. 43:5).

Este modelo de sociedade que tinha em sua constituição a marca do discurso de progresso exhibe fissuras,

[...] percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de progresso; mas esse progresso, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento (DUPAS, 2006:11).

Pensar os processos de expansão agrícola, tendo em mente a produção dos discursos produzidos no momento da ocupação recente, permite-nos perceber que os projetos de modernização que foram criados e veiculados na mídia como sendo o caminho para a me-

lhorias conseguidas por meio dos investimentos em desenvolvimento, não passavam de falácias, exemplo disso pode ser notado na existência de pessoas que vivem em precárias condições de habitação durante a maior parte de suas vidas, em que a realidade do trabalho nas atividades agrícolas, mostra que o progresso e seu decorrente, o desenvolvimento, ainda não lhes atingiu.

O filme “Uma Cidade sem Passado”, dirigido por Michael Verhoeven e lançado em 1990, conta a história de uma pesquisadora alemã que, ao buscar o passado da cidade de Pflzing, descobre que as informações são ocultadas de forma a impedir o acesso um passado que é preferível que fique no silêncio.

Esses silêncios e não ditos também foram percebidos no estudo do passado de algumas cidades surgidas no contexto da expansão agrícola. Em estudo que trata da cidade de Primavera do Leste, o autor faz considerações acerca da importância de buscar esses silêncios que normalmente são ocultados por discursos que por sua vez criam outra realidade,

Não há cidade sem passado!

Esta afirmação, à primeira vista, descomprometida com qualquer interesse maior, têm razão de ser na medida que cidades, ou melhor, mulheres e homens destas cidades, negam, retiram de cena ou escamoteiam o passado para a construção de uma “história sem tempo pretérito”, presa ao presente e representante de elites dominantes. Uma “história” que justifica e legitima uma “ordem” de “progresso”, “desenvolvimento econômico”, “empreendimento” e “trabalho”, em especial do que foi e ainda é definido por fronteira (GOETTERT,2003:21).

Partindo desse pressuposto, buscamos mostrar que os discursos e as representações participam da construção ideológica de cidades de fronteira recente. Nestes, o que impera é o ideal de que esses

espaços são resultantes de uma construção dinâmica que teve início com a expansão da fronteira agrícola, relegando-se dos relatos oficiais, grupos indígenas, além de outros grupos sociais que ocuparam os espaços em períodos mais remotos. Isso nos remete ao estudo de Bauzá, no qual destaca a presença do “mito do herói” em momentos distintos da história,

No existe, en consecuencia, una explicación omniabarcante que nos aclare la naturaleza y el origen de los héroes. Con todo corresponde destacar que en El héroe se percibe siempre un sentido de mediación entre lo divino y lo humano, entre el orden y el desorden, entre lo civilizado y lo salvaje. Esa mediación se vê incluso en la naturaleza ambivalente de los héroes [...] y este dualismo se pone de manifiesto em el hecho de que en el heróe, junto a aspectos sublimes se encuentran otros brutales y destructivos. (BAUZÁ, 1998:37).

As distinções apontadas por Bauzá entre “ordem” e “desordem”, entre “civilizado” e “selvagem”, estão presentes no ideal do colonizador, aquele que chega numa terra de “espaços vazios” onde impõem saber, cultura e mudança, neste sentido, torna-se possível perceber a visão de heroísmo nos feitos de um dos segmentos sociais que passam a compor o novo cenário de ocupação, entretanto, não foi ao acaso, ou por iniciativas heróicas de pessoas isoladas que ocorreu a ocupação dos novos espaços. Este processo só foi possível no período posterior ao ano de 1970 porque parte de um movimento maior de expansão do capital ocorreu na região devido aos incentivos e a fundamental participação do Estado.

Interpretar o passado destas regiões, a partir de outro ponto de vista não é desconsiderar a presença de um grupo de pessoas na História, mas entender a ocupação de forma contextu-

alizada e decorrentes das mudanças que se processavam através de novas políticas de ocupação do território nacional bem como os interesses daí decorrentes, os discursos que atribuem heroísmo a grupos determinados, mostra que a História é datada e seu início tem relação com a chegada destas figuras. O período pós-1970 desta forma a partir dos discursos criados, representou o rompimento de um longo período de estagnação, atrofia e atraso que deu lugar ao progresso e à modernização de amplas regiões do Brasil. Esse ano também é emblemático: no auge da repressão da ditadura militar,

Em 1970, vivia-se sob a ditadura militar pós-Ato Institucional nº 5 sob a repressão ou o terror do Estado e sob a ideologia do ‘Brasil Grande’, isto é, da chamada ‘integração nacional’, com rodovias nacionais e cidades monumentais, uma vez mais destinadas a atrair o grande capital internacional. (CHAUÍ, 2000: 31-32).

Os protagonistas da ação que, de acordo com os discursos produzidos no período seriam os responsáveis por levar o progresso para as novas regiões do país são apontados no estudo de Goettert,

Sulistas e paulistas aparecem como os grandes personagens para o “desbravamento” e “progresso” do lugar. A partir dos termos “às custas dos agricultores”, percebe-se que as condicionantes conjunturais desaparecem, assim como as políticas de ocupação e colonização promovidas pelo Estado e, fundamentalmente, o com incentivos fiscais e a política de crédito rural com juros subsidiados. É sempre importante lembrar que nem todos os sulistas e paulistas foram beneficiados com tais incentivos e políticas, principalmente porque parte expressiva dos migrantes dirigiram-se primordialmente para as atividades urbanas e rurais como trabalhadores, e não como empresários (2003:34).

O ideal de modernidade é contemporâneo, uma vez que a ideia de progresso ainda é uma marca importante da atualidade, momento caracterizado pelo movimento, no qual “tudo que é sólido desmancha no ar”, como na famosa frase histórica que ganha novos atributos no estudo de Berman. Ao analisar o Fausto de Goethe, Berman nos conduz a compreensão de que o ser humano foi o criador do caos que o atormenta, fruto do intenso desenvolvimento que a tudo transmuta, modifica e reconstrói sobre novas bases, ao mesmo tempo em que aflige o ser humano, pode se percebido como o fruto da criação humana.

O mundo contemporâneo tributário dos ideais de modernidade encontra-se marcado pela presença do movimento. Vivemos em constante sensação de aceleração, na qual:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986:15).

Há uma intrínseca relação entre o movimento de ocupação dos novos espaços e os discursos que primam por determinados conceitos, dentre eles o de modernidade que aliado ao de progresso são a marca dos discursos hegemônicos que sustentam que a nova configuração dos espaços cumpria a finalidade de levar estes espaços a protagonizarem uma nova fase marcada pela presença do progresso,

recorremos as reflexões de Koselleck (2006), quando aponta que “os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história” (KOSELLECK, 2006:268).

Assim como as sociedades possuem suas historicidades, os conceitos que ajudam a pensar certas temáticas para a compreensão da atuação humana ao longo do tempo também o possuem, a partir deste ponto de vista, pode-se apreender que a utilização dos conceitos envolve interesses de quem tem o poder de hegemonizar² os discursos, portanto o ideal do novo não raras vezes está associado ao conceito de moderno. Para Koselleck (1992:136) todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível, esses mesmos conceitos acabaram imbricados em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos.

No tocante à temática deste texto, é necessário ressaltar que os ideais de modernidade alcançaram o campo brasileiro, produzindo um discurso que fosse capaz de expressar uma demanda pela modernização e que fosse, ao mesmo tempo o legitimador desse ideal.

Pensamos que o estudo acerca da ocupação da região central do Brasil no período posterior a 1970, permite um diálogo entre uma diversidade de autores, cujo intuito foi pensar na existência de relações de poder que permitiu acesso diferenciado a terra e riqueza no país, consideramos que pensar acerca das camadas de experiências de tempo propostas por Koselleck, ou dos quadros de ocupação

²De acordo com Dupas (2006:16) o conceito de hegemonia pode ser entendido a partir das idéias de Antonio Gramsci e Giovanni Arregghi, segundo as quais hegemonia seria a liderança associada à capacidade de um Estado (elite ou grupo) de se apresentar como portador de um interesse geral, e assim ser percebido pelos outros.

recente passam pelo procedimento de suspensão das evidências dos objetos pré construídos e de como eles passam a ser construídos em grades de inteligibilidade a partir das narrativas do historiador.

Considerações Finais

Tratar do tempo da fronteira requer por parte de quem o faz a consciência acerca da complexidade de sua interpretação e da vasta produção muitas vezes divergentes que tratam de compreendê-la. Se é o lugar de realização dos sonhos, da busca por um mundo sempre inalcançável que obriga o migrante a mover-se sempre em busca de novos lugares em que os sonhos quase nunca são realizados. É inegável que a bibliografia que a entende como o lugar de “degradação do outro nos confins do humano” também apresenta posicionamentos inegáveis.

Concluir que as interpretações são inúmeras, não se traduz em eleger nenhuma como a única possível, esta foi a proposta deste artigo acerca , procurou-se trazer para o diálogo uma diversidade possível de autores que tratam do tema, buscando inclusive apontar que em alguns momentos interpretações distintas ajudam a compreender historicidades distintas nas mesmas espacialidades.

As cidades que surgiram como resultado de um novo movimento de expansão da fronteira no pós 1970 apontam para um ideal de substituição total do antigo pelo novo, no qual a assimilação dos elementos culturais do “outro” não é considerada necessária, o outro é esquecido após ser submetido. O discurso do desenvolvimento e do progresso levou a constituição de um modelo de ocupação que tem a marca da novidade, tributária do ideal de modernidade, questão que permanece em aberto para outras reflexões.

Referência Bibliográfica

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tommas. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DELEUZE, Giles. **Conversações, 1972 – 1990**. Tradução de Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**: ou o progresso como ideologia. São Paulo: Ed da UNESP, 2006.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e Precusores do Desenvol-**

vimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política** – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2, 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde**. Dissertação de mestrado. Campinas, 1986 (mimeo).

GOETTERT, Jones Dari. Primavera do Leste-MT: uma cidade sem passado. **Revista Coletâneas do Nosso Tempo do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso** (Campus de Rondonópolis). Ano VI, n. 6, 2003.

JOANONI NETO, Vitale. Do sonho da terra à terra do sonho, memória da reconstrução da vida privada no Mato Grosso após 1970. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, p. 193-208, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão (ET. Al.) 5. Ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2003.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e Vida Severina**: e outros poemas em voz alta. 16. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

REIS, José Carlos. **História & Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.